



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1.136/2003

Estabelece taxa de fiscalização e aprovação de loteamento e dá outras providências;

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus Vereadores, aprovou a seguinte Lei:

Art.1º- Fica instituída a TAXA DE FISCALIZAÇÃO E APROVAÇÃO de LOTEAMENTOS que se regerá por esta Lei.

Art. 2º O Contribuinte que desejar a aprovação de projeto de loteamento no âmbito do município de Lajinha, deverá instruir o requerimento com guia efetivamente paga e própria, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda, à profissional de engenharia legalmente habilitado para elaboração de laudo técnico e ART (anotação de responsabilidade técnica), previamente cadastrado junto à Secretaria Municipal da Fazenda, no valor correspondente à 08 (oito) URM por lote previsto no respectivo projeto.

Art. 3º - O Engenheiro de que trata o art. 2º, deverá emitir o laudo técnico no prazo de dez dias contados da data da abertura de vista do processo de aprovação do loteamento, que deverá ser apresentado juntamente com a respectiva ART devidamente quitada.

Art. 4º - Para efetivação do cadastramento do engenheiro para os fins do art. 2º, deverá o interessado apresentar junto à Secretaria Municipal da Fazenda a competente Carteira de Identidade Profissional expedida pelo CREA/MG, bem como certidão negativa do mesmo órgão.

Art. 5º - O profissional de engenharia autor do projeto em análise não poderá, em hipótese alguma, ser o emissor do Laudo técnico e ART para fins de aprovação do mesmo projeto.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO
DO ANO DOIS MIL E TRÊS. (19-12-2003)

Ver. FLÁVIO ANTONIO DE MORAIS
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA